

Crônicas de guerras: a questão palestina no contexto do Século XX

Daiana Maria da Silva*
Eduardo Geraldo Alves Paiva**

RESUMO

O presente artigo pretende analisar os conflitos existentes no Oriente Médio, com foco na questão palestina, à luz das guerras ocidentais ocorridas no decorrer do Século XX. A partir dessa análise, far-se-á uma interlocução entre as disputas ocidentais e as indefinições no tocante à territorialidade e à política na Palestina. Também será abordada a intensificação dos conflitos no Oriente Médio, a partir da criação do Estado de Israel e da conseqüente interferência das potências ocidentais. Tentamos avaliar as motivações que fazem o oriente médio um cenário constante de conflitos étnicos, produzidos e reproduzidos de maneira anacrônica, de acordo com os ditames das potências ocidentais que consideram aquela área um reduto internacional sem soberania e/ou autonomia política. De um lado, os Estados Unidos da América com seu aliado maior Israel, do outro, os povos islâmicos com seu discurso radical acerca da propriedade histórica da região, contida em textos religiosos como o Alcorão ou a Bíblia Sagrada. Nossa intenção é traçar um panorama histórico diacrônico que escape de posições superficiais e ajudar a embasar o posicionamento político do leitor.

Palavras-chave: Oriente Médio; Questão palestina; guerras.

Os resgatados do Senhor voltarão e virão a Sião com cânticos de júbilo; alegria eterna coroará a sua cabeça; gozo e alegria alcançarão, e deles fugirá a tristeza e o gemido. (Is. 35, 10).

A questão palestina está em voga nos noticiários de todo o mundo como mais o conflito no Oriente Médio. Todavia, é muito comum generalizar um confronto de décadas, entre os palestinos e israelenses, como um conflito religioso, territorial ou de outro tipo de forma simplista. A construção desse conflito é extrínseca à Palestina, pois ele surgiu como um desdobramento das guerras que sacudiram o mundo no Século XX.

A Palestina é uma região que guarda a cultura e a tradição das três maiores religiões monoteístas: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Mesmo com tamanha significação e importância para tradição desses povos, tem sido alvo de intensos conflitos, ocasionados principalmente pela intolerância e interesses políticos. Outro fator de relevância é a localização geográfica, ela fica entre o Deserto Árábico e o Mar Mediterrâneo, e suas terras constituem uma ponte terrestre entre a Ásia e a África. A

* Bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

** Bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

soma desses dois fatores resulta em disputas territoriais que já custaram milhares de vida.

A questão palestina ganha grande relevância internacional em meados do século XX, dada sua relação com o pós II Guerra Mundial. A urgência de se criar um lar para o povo judeu, depois dos horrores do holocausto, desencadeou uma das mais longas disputas territoriais da contemporaneidade.

Antecedentes do Estado judaico

É sabido que o projeto de se criar um Estado judaico data do Século XIX, ao mesmo tempo em que a Europa era convulsionada por uma onda nacionalista, ocorrendo também como corolário desse processo o desenvolvimento do Sionismo, movimento nacionalista judaico criado por Theodor Herzl (1860-1904) e alimentado por intelectuais judeus radicados na Alemanha, Áustria, França e Rússia.

Segundo Herzl (1954), “A Palestina é nossa inolvidável pátria histórica. Esse nome por si só seria um toque de reunir poderosamente empolgante para o nosso povo”. (p.67). Isso se deve também a realização do 1º Congresso Sionista, realizado na cidade de Basileia, na Suíça, em 1897. Nesse Congresso, entre os dias 29 e 31 de agosto, pela primeira vez, depois da destruição do “Estado” judeu há quase 2.000 anos, reuniu-se 197 representantes de 17 países, tendo como principal objetivo a obtenção de um documento, reconhecido internacionalmente, que legitimasse o estabelecimento dos judeus na Palestina. Ao final do Primeiro Congresso Sionista, publicou-se um manifesto intitulado "O Programa da Basileia", no qual ficava implícito que o sionismo almejava para o povo judeu a criação de uma pátria na Palestina, nessa época sob o domínio do Império Turco-Otomano.

No final do Século XIX, os judeus começaram a afluir maciçamente à Palestina e conseqüentemente são criados assentamentos judaicos, chamados de *Kibutzim*.¹ Mas tais assentamentos estão localizados em regiões predominantemente árabes e islâmicas, iniciando-se, assim, as hostilidades com os moradores árabes locais, que eram camponeses e proprietários temerosos de perder suas terras.

Assim, às vésperas da Primeira Grande Guerra, a comunidade judaica da Palestina oscilava em torno de 60.000 habitantes. Foi quando o turbilhão do conflito, de

¹ *Kibutzim*: Plural de *Kibutz*; foram as comunidades que se estruturaram na perspectiva socialista para organizar a ocupação judaica.

aspecto mundial, alterou o jogo de forças na região, comprometendo radicalmente a possibilidade de uma convivência pacífica entre os vizinhos árabes e judeus. A Primeira Grande Guerra (1914/1918) opôs entre si as grandes potências da época: Inglaterra, França e Rússia de um lado, e Alemanha, Império Austro-Húngaro e Império Turco-Otomano do outro. O Oriente Médio era um dos focos dessa disputa, na medida em que concentrava cerca de 70% das jazidas mundiais de petróleo. Do controle dessa fonte de energia, assim como do canal de Suez (passagem entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Vermelho) dependeria, em grande parte, a vitória de uma das partes.

O Oriente Médio e o seu futuro obscurante

Em 1917, durante a guerra, a Inglaterra posiciona-se favorável a criação de um Estado judeu, através da Declaração Balfour. Nesse período, a região estava sob o domínio do Império Turco-otomano, que lutara ao lado da derrotada Alemanha. Nos dizeres de Lewis (1996, p. 299), “A I Guerra Mundial foi a última que o Império Otomano travou como grande potência entre grandes potências”.

Esse conflito foi determinante para a reorganização territorial do Oriente Médio, pois os otomanos se viram obrigados a entregar seus territórios árabes aos britânicos e franceses. Sob o controle das duas maiores potências imperialistas do ocidente, o Oriente Médio viveu dias de intensos conflitos. Alguns estados conseguiram sua emancipação política e outros passaram a lutar mais intensamente por ela. Nesse ínterim, a Palestina passou a ser um mandato britânico, e viveu a dubiedade política dos novos “tutores”.

No período entre guerras, sucessivas rebeliões ocorreram e o sentimento nacionalista, a despeito de ocidente, tomou conta dos povos que viviam no Oriente Médio, o que, segundo Lewis (1996):

A hesitação crescente dessas potências [França e Inglaterra] fez-se acompanhar de um novo estado de espírito de revolta entre os povos dominados. No início do século, os japoneses, ao derrotarem os russos, haviam demonstrado as qualidades revigorantes da democracia constitucional e da modernização industrial. Nesse momento, os turcos, libertando-se da colonização imposta pelos vencedores, demonstravam a eficácia do nacionalismo. Forças turcas comandadas por Mustafá Kemal levaram a cabo a primeira revolução nacionalista bem sucedida na Ásia ou África. A vitória e o desafio aos Aliados vitoriosos deram nova esperança aos muçulmanos e, na verdade, a outros povos, que descobriram, pela primeira vez, uma maneira de enfrentar e derrotar o Ocidente com suas próprias armas. (LEWIS, 1996, p. 305).

Mas a construção da nacionalidade palestina não foi bem sucedida, pois dois povos, que já haviam vivido pacificamente em tempos remotos, disputavam o mesmo território e estavam à mercê dos interesses estrangeiros, principalmente britânicos. Sob o julgo do mandato britânico, que ora apoiava a causa judia, ora a palestina, não houve definições até o desenrolar da II Grande Guerra.

Em 1918, iniciava-se o Mandato Britânico na Palestina – que se estenderia até 1948 – e findava quatro séculos de domínio turco na região. Os melhoramentos rapidamente proporcionados pela nova administração inglesa - como a construção de ferrovias, rodovias, sistema de abastecimento de água e a implantação de uma estrutura administrativa – contribuíram para atrair novas levas de imigrantes judeus à Palestina. Entre 1919 e 1923, chegaram milhares deles, procedentes da Rússia; a que se seguiu uma nova leva procedente da Polônia – entre 1924 e 1932.

Com a chegada de Adolf Hitler ao poder na Alemanha, em 1933, e a consequente ascensão do nazismo, intensificou-se a migração judaica para a Palestina e, em contrapartida, aumentou-se o anti-semitismo que já era intenso. A ideologia desenvolvida no governo Hitler teve ampla aceitação no Oriente Médio, haja vista que a Alemanha era inimiga dos ingleses e franceses, os novos “tutores” do Oriente Médio, e que a aversão aos judeus também era latente. No prelúdio, no decorrer e no pós-guerra, a Inglaterra tentou controlar a migração, principalmente para tentar manter um bom relacionamento com os árabes. Configurava-se um novo conflito, para o qual a única solução possível foi sugerida em 1937 pela Inglaterra – a partilha do território entre os dois povos.

[...] em relatório feito pela Comissão Peel, grupo inglês responsável por investigar os conflitos na Palestina, propõe pela primeira vez, a partilha da região, veementemente recusada pelos árabes reunidos na Síria no Congresso Pan-Árabe, em 1938 (A Palestina é árabe, e preservá-la como tal e dever de todos os árabes), mas aceita com reservas pela comissão executiva sionista. (GRINBERG, 2002, p. 107).

Os palestinos irão congregar o nacionalismo árabe para defender sua causa, mas acabam tornando-se mera bandeira para as nações que lideraram o pan-arabismo, sem, entretanto, conseguir uma definição sobre a formação de um Estado palestino. Em contrapartida, a organização do Estado judeu parece mais viável, apesar de ocorrer num lugar hostil ao povo judeu.

A partilha será realizada como um dos desfechos de mais uma guerra, após a derrota do eixo e do triste butim do conflito – mais de seis milhões de judeus mortos e

outros milhares de expatriados e perseguidos na Europa. Além disso, a Europa, inclusive a Inglaterra, estava arrasada política e economicamente e não haveria mais como sustentar a política imperialista que vinha desenvolvendo desde o Século XIX.

[...] tendo perdido o controle da situação – também provocado pelo aumento da beligerância de palestinos e judeus contra os britânicos – a Inglaterra leva o problema às Nações Unidas, que, na conturbada sessão de 29 de novembro 1947, decide pelo fim do Mandato Britânico e pela partilha da Palestina em dois Estados autônomos e independentes: um árabe palestino e outro judeu. (GRINBERG, 2002, p. 108).

Após o anúncio da resolução, as hostilidades entre judeus e palestinos se intensificam e sucessivos confrontos começam a ocorrer. Mesmo a contragosto de todo mundo árabe, o Estado de Israel é criado em 14 de maio de 1948. No mesmo ano da resolução, a Liga Árabe,² formada em 1945, invade Israel, num conflito que ficou conhecido como Guerra Árabe-israelense. Nesse conflito, Israel sai vitorioso e passa a controlar 75% dos territórios da Palestina. Como consequência, houve o êxodo dos palestinos para os campos de refugiados, nos quais a população árabe remanescente passou a viver, por sua vez, em condições extremamente precárias. Dessa forma, foram impossibilitados de retornar às suas aldeias destruídas pelos bombardeios e com o futuro indefinido, pois O Estado de Israel parecia pouco inclinado a aceitar seus antigos ocupantes árabes de volta.

É importante frisar que, de 1948 até 1967, Israel não era foco de interesses dos planejamentos estratégicos do bloco capitalista da Guerra Fria, liderado pelos EUA. Mesmo com Israel alinhado ao “ocidente” após sua fundação, a força da simpatia soviética em Israel era enorme. Dentre outras, ainda que o presidente Eisenhower tenha apoiado tanto o Estado de Israel quanto as nações árabes, a tendência foi um favorecimento dos árabes, pois o tema petróleo já era, então, o principal foco para o governo estadunidense.

Após a “independência” de Israel, as constantes discordâncias israelenses com os objetivos políticos dos EUA na região culminaram com a crise de Suez – em 1956 – quando Grã-Bretanha e França aliaram-se a Israel contra o líder nacionalista do Egito Gamal Abdel Nasser, conflito esse em que Israel sai novamente vitorioso, consolidando-se como a maior potência militar do Oriente Médio. A vitória relâmpago de Israel levou a uma ocupação da Península do Sinai, um ponto estratégico dos

² A Liga Árabe era composta por Egito, Síria, Arábia Saudita, Kuwait, Jordânia, Iraque, Argélia e Sudão.

estadunidenses na região, levando o presidente Eisenhower a exigir a retirada incondicional dos israelenses em Sinai. Esse fato marcou uma mudança crucial na história política de Israel, pois aliado a uma forte propaganda anti-sionista soviética, Israel passou a se alinhar mais proximamente aos EUA, em busca de apoio não apenas do seu governo, mas da poderosa parcela judaica da população estadunidense, que até então não havia se interessado muito para com os problemas de Israel, salvo pouquíssimas exceções.

Já em 1964, ocorre a criação da Organização para a Libertação da Palestina – OLP – cuja pretensão inicial era destruir Israel e criar um Estado árabe na Palestina. Desde o princípio, a OLP contou com o apoio da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, e do bloco socialista; enquanto Israel tinha, nos Estados Unidos, representante dos países capitalistas, o seu principal aliado.

Com o passar do tempo, após confrontos que demonstravam a superioridade militar israelense e devido às divisões internas, a OLP começa a aceitar tacitamente a existência do Estado judaico. Mas, em 5 de Junho de 1967, eclode a Guerra dos Seis Dias, quando o Estado judeu derrotou a coalizão árabe – Iraque, Jordânia, Síria, Líbano, Egito, Arábia Saudita e Iêmen – e adota uma política de anexações territoriais, ampliando assim os seus territórios sobre os países vizinhos, fazendo com que mais de um milhão de palestinos passassem a viver sob sua jurisdição. Para Démant (2004):

Israel sobreviveu e se expandiu, mas ficou com um milhão de palestinos atravessados no caminho, cuja presença no decorrer dos anos reanimou o dilema insolúvel entre Estado democrático e Estado judaico – dilema que a ‘limpeza étnica’ dos árabes palestinos de 1948, com a retirada dos palestinos do território israelense, parecia ter evitado. Um efeito colateral seria o surgimento de um fundamentalismo judaico. (DÉMANT, 2004, p. 109).

Logo após a Guerra dos Seis Dias, novos refugiados palestinos engrossaram as fileiras do Al Fatah, a maior facção da OLP, sediada agora na Jordânia e na periferia de Beirute, capital do Líbano. Em 1970, a organização contava com cerca de 30.000 guerrilheiros, e multiplicava seus atentados contra soldados e civis israelenses. Foi então que o Rei Hussein decidiu expulsá-los da Jordânia. A atuação daquele grupo de revolucionários antimonarquistas desestabilizava seu poder e suas relações com a vizinha Israel. Tal ação resultou na morte de 4.000 palestinos, e ficou conhecida na história da OLP como "o setembro negro da Jordânia".

Outro fato marcante a se destacar foi o sequestro de atletas israelenses por extremistas palestinos na Olimpíada de Munique, em 1972. No dia 5 de setembro, oito

terroristas palestinos da organização “Setembro Negro” invadiram os alojamentos da delegação israelense na Vila Olímpica, mataram dois atletas e fizeram nove como reféns. O grupo exigia a libertação de 200 árabes presos em Israel. A Vila Olímpica foi cercada por quatro mil policiais. Com a chegada da noite, a polícia convenceu o comando a seguir para o Cairo – Egito. Dois helicópteros partiram com os oito palestinos e os nove reféns em direção ao aeroporto militar. Na chegada ao aeroporto, a polícia lançou um ataque que resultou em verdadeiro fracasso, no qual morreram 18 pessoas, entre elas os nove reféns, cinco terroristas palestinos, um policial e o piloto de um dos helicópteros. Qualquer atitude era considerada válida para os extremistas, porque auxiliava na tentativa de chamar a atenção da opinião pública internacional para a causa dos refugiados palestinos.

Em 1973, ocorre a Guerra do *Yom Kippur* (“Dia do Perdão” judeu), episódio em que os países árabes uniram-se para atacar Israel. Israel sai vitorioso mais uma vez e consegue manter os territórios conquistados, contudo os palestinos conseguiram conquistar simpatizantes em todo o mundo. Após esse episódio, em 1974, o líder palestino Yasser Arafat foi calorosamente recebido na Assembléia das Nações Unidas que, no ano seguinte, votou uma moção qualificando o movimento Sionista de “racista e segregacionista”. Nesse ínterim, os árabes resolvem utilizar sua maior riqueza, o petróleo, para pressionar os países ocidentais que tendiam a apoiar Israel. A OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo – atenta para elevação do preço do petróleo, o que levou os Estados Unidos a se posicionarem para garantir seus interesses econômicos e provoca uma crise econômica internacional.

Durante o contexto da Guerra Fria, as potências da época, Estados Unidos e União Soviética, passam a intervir mais intensamente no Oriente Médio, sendo que os líderes do bloco capitalista se aproximam de Israel. A política de alianças entre os blocos antagônicos e os países do Oriente Médio dá novo fôlego aos confrontos.

Em 1978, um acordo de paz é celebrado entre Israel e Egito, até então, líder do bloco árabe. O acordo de Camp David representara um primeiro passo rumo à paz, mas não logrou êxito entre a maioria árabe. Nos dizeres de Grinberg (2002):

Embora saudada no mundo inteiro como início da aproximação que poria fim ao conflito já quase centenário, o acordo de Camp David foi marcado por manifestações hostis em todos os países árabes. Os palestinos o rejeitaram, por se quer terem sido consultados sobre o destino dos territórios onde viviam, e a Síria e a Líbia o consideraram uma traição, passando a liderar um movimento que condenaria o Egito ao ostracismo. Não foi a toa que, três anos depois, Sadar foi assassinado por militantes que se opunham a sua

política de aproximação com Israel e o Ocidente. Mesmo assim, as linhas principais de sua política foram mantidas por seu sucessor, Hosni Mubarak. A partir de então, o mundo árabe se veria genericamente dividido entre aqueles países chamados “pró-Ocidente”, cuja política aceitava a ingerência americana e a negociação com Israel, como o Egito, e os outros, que tentavam manter uma política independente, caracterizada por relações em diferentes níveis com a URSS, como a Síria, o Iraque e a Líbia. (GRINBERG, 2002, p. 115).

No decorrer da década de 1980, o conflito marcante ocorre entre Líbano e Israel. Os israelenses invadem o Líbano em meio à guerra civil entre cristãos e muçulmanos, com intuito de atacar a OLP. No decorrer da guerra, centenas de refugiados palestinos são mortos, pois o Líbano possuía o maior número de refugiados no Oriente Médio. Nesse contexto, O Hezbollah –“Partido de Deus”, grupo fundamentalista islâmico – se organiza para combater Israel.

A partir de 1987, o maior foco de resistência palestina passou a concentrar-se nos próprios territórios ocupados de Gaza e da Cisjordânia, em Israel. Em Gaza, civis construíram barricadas, de onde atiravam paus e pedras nas patrulhas israelenses que por ali passavam; enquanto na Cisjordânia os trabalhadores organizaram greves contra seus patrões judeus. Era o início da Intifada – Guerra de Pedras. Essas manifestações geraram conflitos que repercutiram em âmbito internacional, negativamente para Israel, já que muitos refugiados foram mortos a bala durante a Intifada. Essa forma de resistência possibilitou aos palestinos reconquistarem um pouco dos territórios ocupados pelos israelenses e também foi utilizada nas campanhas políticas da OLP, que obteve apoio internacional. O fato de Israel, com apoio dos Estados Unidos descumprirem decisões da Organização das Nações Unidas – ONU, também contribuiu para a construção de uma imagem negativa de Israel.

No início dos anos 1990, com a queda do regime soviético, Yasser Arafat mudou novamente de tática, e passou a buscar a paz com Israel. Na década de 1990, algo inédito acontece: um acordo de paz, mediado pelos Estados Unidos, começa a ser negociado. Em setembro de 1993, o presidente norte-americano Bill Clinton intermediou um novo encontro entre o líder da OLP e o premiê de Israel Itzhak Rabin. Naquela ocasião, os grandes inimigos históricos assinaram um documento prevendo a criação do Estado da Palestina nos territórios de Gaza e da Cisjordânia - sob ocupação israelense desde 1967. Em julho do ano seguinte, após 27 anos de exílio, Arafat voltou à Faixa de Gaza. Por sua vez, o chanceler israelense Shimon Perez fez sua primeira visita oficial à Jordânia. Em 1995, um novo acordo estabeleceu a retirada das tropas de Israel

da maior parte da Cisjordânia e marcou as primeiras eleições legislativas do futuro governo palestino para o início de 1996.

Arafat foi eleito presidente da recém-criada Autoridade Nacional da Palestina; mas com o assassinato do primeiro-ministro israelense Itzhak Rabin - que conduzia as negociações de paz - e a eleição de Benjamin Netanyahu, contrário à devolução dos territórios palestinos, o processo de paz foi refreado. O novo governo israelense estimulou a instalação de colônias judaicas na Cisjordânia e a construção de novas moradias no setor árabe de Jerusalém, o que provocou acirrados protestos e novos atentados. Finalmente, em 1998, uma derradeira tentativa de solucionar a questão palestina foi ensaiada pelos Estados Unidos, que intermediaram mais uma rodada de negociações, em torno das fronteiras definitivas do Estado palestino. Contudo, no final do Século XX os refugiados palestinos continuaram vivendo nos países árabes vizinhos, à espera de uma solução definitiva. Portanto, o século se despede sem que a paz alcance o Oriente Médio, principalmente a Palestina.

Considerações finais

Ao longo de aproximadamente um século de conflitos, é notório que a interferência internacional contribuiu negativamente para a questão palestina. A gênese desse confronto está justamente na política das potências ocidentais, que, no decorrer do Século XX, envolveram o Oriente Médio em suas guerras e ambições.

O não reconhecimento da autonomia política dos palestinos é outro agravante, pois sob a bandeira do pan-arabismo e atualmente do pan-islamismo, os palestinos ainda não construíram a sua identidade enquanto palestinos, o que dificultou que esse povo pudesse tomar frente na construção de sua soberania nacional. A construção do nacionalismo palestino aconteceu em decorrência da construção do Estado de Israel, um Estado feito aos moldes ocidentais em uma região predominantemente árabe.

A resolução para o conflito ainda está longe de acabar, pois os dois povos acreditam ter direitos históricos sobre a região e estão sempre diante dos interesses políticos e econômicos internacionais. A Palestina possui um passado relevante para o mundo todo e é lamentável que toda tentativa de apaziguamento esbarre em interesses políticos. Esperamos que o Século XXI, que já presenciou quase uma década de conflitos na Palestina, testemunhe um acordo de paz e, principalmente, que a tolerância seja uma bandeira comum à israelenses e palestinos.

Chronicles of war: the Palestinian issue in the context of the Twentieth Century

ABSTRACT

This article intends to analyse the conflicts in the Middle East, especially in the Palestine, based on the Western wars that happened during the 20th century. Based on this analysis, a dialogue between the Western disputes and the non-definition about territoriality and policy in Palestine will be done. Also, the intensification of the conflicts in the Middle East will be approached, starting from the creation of the State of Israel and the consequent intervention of the Western powers. We tried to evaluate the reasons that make the Middle East a constant ethnical conflict area, produced and reproduced in an anachronical way, according to the impositions of the Western powers that consider that area an international stronghold with no sovereignty and/or political autonomy. On one side, the U.S.A., with its major ally Israel, on the other side, the Islamic people, with their radical speech about the historical propriety of the region, contained in religious texts such as the Koran or the Holy Bible. Our intention is to trace a diachronic historical panorama that escapes from superficial positions and helps guide the political position of the reader.

Keywords: Middle East; Palestine; Wars.

REFERÊNCIAS

BOLAFFI, Gabriel. Israel, árabes e a questão Palestina. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 41, p. 161-175, março. 1995.

DÉMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 79-111.

GRINBERG, Keila. O mundo árabe e as guerras árabe-israelenses. In: REIS FILHO; FERREIRA; ZENHA. **O século XX – o tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. p. 97-132.

HERZL, Theodor. **O Estado judeu**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ISAIAS. In: A BÍBLIA: tradução ecumênica. São Paulo: Paulinas, 2002.

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

REICHERT, Roff. **A História da Palestina, dos primórdios aos nossos dias**. São Paulo: Herder e Edusp, 1972.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Revoluções conservadoras, terror e fundamentalismo: regressões do indivíduo na modernidade. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Org.). **O século sombrio**: uma história geral do século XX. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 123-190.

SOLIMAN, Lotfallah. **Por uma história profana da Palestina**. São Paulo: Brasiliense, 1990.